

REVISTA **ACADEMIA PAULISTA DE
EDUCAÇÃO**

ANO 2 • NÚMERO 3 • AGOSTO 2013

ANALFABETISMO

RAIZ DA
CRIZE

ENTREVISTA

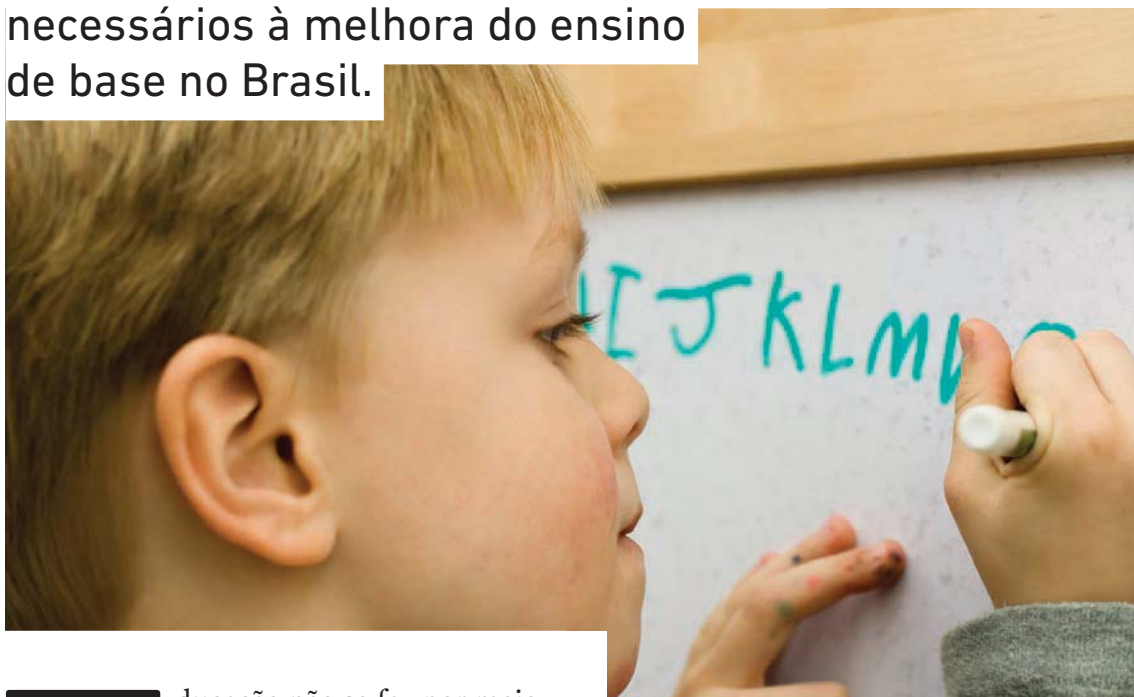
ELISABETE DA ASSUNÇÃO JOSÉ
OS DESAFIOS DA
ALFABETIZAÇÃO
NO BRASIL

ARTIGO

ARNALDO NISKIER
ALFABETIZAR:
UMA MISSÃO
CONTÍNUA

ELEMENTOS PARA UMA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO

Os mecanismos, modelos e instituições necessários à melhora do ensino de base no Brasil.



Educação não se faz por meio de programas, mas por meio de políticas e instituições. No Brasil, o setor educacional carece de instituições sólidas – temos um esboço na área de avaliação e alguns mecanismos na área de financiamento, o resto está para ser desfeito e reconstruído.

Neste artigo, faço um esboço do que seriam exemplos de instituições e polí-

ticas numa área específica – a alfabetização de crianças – para ilustrar o que o País precisa estabelecer para avançar em educação. Naturalmente, não se organiza um sistema educacional a partir de temas tão específicos, mas a criação de mecanismos, modelos ou instituições como os aqui propostos pode servir de base para avanços. ▶

Que arcabouço institucional seria necessário para o País contar com uma política eficaz de alfabetização? Quais seriam os seus elementos?

Uma política de alfabetização – como uma de ensino da língua, de matemática etc. – se insere num contexto que envolve outras políticas e instituições. Como essas praticamente inexistem no Brasil, vamos usar a alfabetização como exemplo que pode ser aplicado a outras questões. Se tudo estivesse funcionando bem e só a alfabetização fosse o problema, a abordagem seria diferente.

O primeiro passo é definir o que seja alfabetização e em que contexto ela se insere. Alfabetização refere-se a um momento do ensino da Língua, no qual o aluno adquire as habilidades para ler e escrever. No currículo escolar contemporâneo, a alfabetização deixou de ser o primeiro momento da vida escolar, pois em creches e pré-escolas, e na sociedade envolvida pela mídia, a criança já chega à alfabetização com informações e conhecimentos relevantes.

No que toca à alfabetização, um currículo deve delinear as competências específicas que ajudam a criança a adquirir o princípio alfabético. Isso significa um de-

envolvimento da consciência fonológica, o conhecimento das letras, de seus nomes e formas, e, posteriormente, o desenvolvimento da consciência fonêmica, ou seja, das equivalências entre os grafemas (letras) e fonemas, que elas representam. Um bom programa de ensino deve esclarecer a importância da apresentação sistemática e explícita dessas relações. Tendo em vista as características do código alfabético do nosso português, essas relações podem ser aprendidas pela maioria das

crianças por volta dos 6 anos de idade, e com poucos meses de ensino – no máximo um ano letivo de trabalho escolar. Um programa de alfabetização ainda deve contemplar o ensino sistemático da caligrafia – que deve começar antes dos 6 anos e continuar até que o aluno tenha proficiência, fluência e clareza na escrita.

E também deve contemplar o desenvolvimento da fluência de leitura, com metas claras de desempenho até que o aluno seja capaz de ler, pelo menos, 200 a 250 palavras por minuto.

A alfabetização constitui apenas parte do que uma criança de 6 anos precisa aprender em relação à Língua Portuguesa. Portanto, o programa de ensino do 1º ano escolar deve contemplar outros conheci-



A alfabetização constitui apenas parte do que uma criança de seis anos precisa aprender em relação à Língua Portuguesa

mentos – sobre textos, gêneros, regras de pontuação, regras ortográficas, regras básicas de sintaxe. E deve dosar esses elementos, pois cerca de 70% a 80% do tempo deve estar dedicado, no 1º ano, à aprendizagem das habilidades de leitura e escrita.

Resolvemos, então, as questões sobre o que e quando ensinar. Restam, entretanto, outros assuntos pertinentes. Um deles é o método de ensino. No caso específico da alfabetização, existem evidências sólidas, compartilhadas pela comunidade científica internacional, que indicam a superioridade dos métodos fônicos para alfabetizar as crianças em geral, e especialmente para as que apresentam alguma dificuldade nesse processo¹.

A formação de professores também é um aspecto que precisa ser contemplado. A política de um País deve estabelecer o que todos professores de educação infantil e das séries iniciais precisam saber sobre alfabetização e, especialmente, as competências de um alfabetizador e de outros especialistas necessários para o atendimento de casos especiais. Instituições de formação de professores e políticas de carreiras desses profissionais devem assegurar as trilhas de formação teórica e prática. Observe, leitor, que abordamos tanto de políticas quanto de instituições de formação e certificação de profissionais. O pressuposto é que, em se tratando de instituições acadêmicas,

¹ O leitor interessado em informações bibliográficas sobre o tema pode consultar referências no site www.alfaebeto.org.br

elas têm como compromisso transmitir conhecimentos científicos atualizados.

Outro componente de uma política de alfabetização refere-se aos livros e materiais didáticos e paradidáticos para promover o processo de alfabetização. Processos de seleção podem ser necessários ou recomendados, dependendo da estrutura política e dos mecanismos de financiamento. Materiais de ensino financiados pelo poder público devem ser submetidos a critérios científicos livres de influências econômicas ou ideológicas. Mecanismos para estimular a inovação e criatividade também são componentes importantes – o que hoje podem e devem incluir a mídia eletrônica –, mas há mecanismos institucionais mais saudáveis do que outros.

Estas breves pinceladas mostram que o caminho a seguir é conhecido, mas nem por isso fácil de trilhar. Ademais, como no caso dos outros problemas educacionais, o País precisa aprender a desenvolver regras em dois tempos – políticas e instituições sólidas –, que assegurem o longo prazo, e intervenções eficazes, que contribuam para minorar as deficiências no curto prazo.

APE



**JOÃO BATISTA ARAUJO
E OLIVEIRA**

PhD em Educação,
presidente do Instituto
Alfa e Beto